CONTRA A EDUCAÇÃO

A deputada Rosa Neide (PT-MT) anunciou hoje que na volta aos trabalhos legislativos vai apresentar projeto lei para adiar para 2024 a implantação total das ações da reforma do ensino médio, aprovada em 2017 pelo Congresso. A iniciativa causou indignação ao ex-ministro da Educação de Temer, Mendonça Filho, que destravou a reforma depois de 20 anos. “Essa proposta é um retrocesso e compromete o futuro dos nossos jovens”, disse. Leia mais sobre EDUCAÇÃO nesta edição.

JORNAL O PODER UM PASSO À FRENTE

BRASIL

Quinta-feira, 27 de janeiro de 2022- nº 469.
Às 19 horas

Diretores, **José Nivaldo Junior** e **Magno Martins** - Editor, **Antônio Magalhaes**. Brasília, **Hylda Cavalcanti**. D.Arte, **Ivan Rodrigues.**

DELAÇÃO DIGITAL NA ELEIÇÃO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) criou um formulário hospedado no seu site para receber denúncias de fake news durante a campanha deste ano. E formalizou uma parceria com o Whats App para punir os autores de supostas notícias falsas. O infeliz usuário do aplicativo pode ter a conta excluída e até processado judicialmente. Como o Telegram não entrou na parceria do TSE, ele e seus milhões de assinantes podem ficar sem o serviço. Veja matéria em ELEIÇÕES DE 2022.

PÍLULA APROVADA NA EUROPA

A Agência Europeia de Medicamentos (EMA) aprovou hoje a pílula anticovid da Pfizer, sendo o primeiro tratamento oral contra a Covid autorizado na União Europeia. O órgão regulador recomendou a autorização do Paxlovid para adultos que não necessitam de suporte respiratório, mas correm risco de agravamento da doença.

COMO UMA GRIPE COMUM

O uso de máscaras e dos comprovantes de vacinação deixam de ser obrigatórios na Inglaterra a partir de hoje. O governo britânico suavizou as restrições da pandemia da Covid. A gestão pública está esperançosa de que a população passe a conviver com a Covid como convive com a gripe.

ANVISA AVALIA AUTOTESTE AMANHÃ

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) retoma nesta sexta-feira, 28, a discussão sobre a liberação de autotestes para Covid no Brasil. A entidade vai analisar as diretrizes que o Ministério da Saúde pretende seguir para utilizar esse tipo de exame, a serem vendidos em farmácias.

AUTOTESTE PARA QUEM PODE PAGAR

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse hoje que os autotestes de Covid no país, caso aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), não serão distribuídos gratuitamente para a população, mas ficarão disponíveis nas farmácias para "a sociedade que tiver interesse em adquirir".

SEM FREVO, MAS COM GRANA

O Governo do Estado anunciou hoje a instituição do Auxílio Emergencial do Ciclo Carnavalesco 2022 para artistas e grupos impedidos de atuar por conta da pandemia. Vão ser gastos com recursos do Tesouro Estadual R$ 6,3 milhões. O edital prevê um piso de R$ 3 mil e um teto de R$ 30 mil para cada beneficiado, que serão pagos em parcela única.

Postado em www.opoder.com.br

Magno Martins

RECIFE REJEITA JOÃO

A pesquisa do Opinião sobre a avaliação da gestão João Campos, prefeito do Recife, postada com exclusividade, hoje, no meu blog, aponta um quadro sombrio para quem se apresenta na mídia como reformador. Mais da metade dos recifenses acha que ele faz um pior igual ou pior do que o seu antecessor Geraldo Júlio, apontado, no mesmo levantamento, como o mais rejeitado de todos os ex-administradores da cidade, ao lado do petista João da Costa, ambos com 15%.

CAOS DA SAÚDE

Quando a avaliação é feita pelos índices de bom e ótimo, João Campos não alcança sequer 40%. Tem exatos 35% ante 19% de ruim e péssimo. Apresentado no início da pandemia como o prefeito referência no combate ao quadro que assola o País na área sanitária, para quase metade dos recifenses, ou seja, 43%, a situação da saúde piorou ao longo dos últimos 12 meses, enquanto 34% disseram que continua tão ruim quanto na era Geraldo Júlio.

FOME ESCANCARADA

Quando é feita a pergunta se a desigualdade se reduziu ou aumentou na gestão atual do Recife, 42% disseram que aumentou, 42% afirmaram que continua igual e apenas 12% disseram que foi reduzida. Traduzindo: nada relevante na cabeça dos eleitores que ele possa ter feito para reduzir a fome.

ZERO DE MOBILIDADE

Entre os entrevistados, 43% disseram que os morros continuam sendo tratados da mesma forma, inadequada, 25% afirmaram que piorou e apenas 20% acham que melhorou. Na questão das palafitas, 40% disseram que não houve nenhuma mudança, 24% afirmaram que piorou e 22% avaliaram que melhorou. Para 39% dos entrevistados, não houve nenhuma mudança na mobilidade urbana, 33% disseram que piorou e apenas 24% acham que houve alguma melhora.

INEXPERIENTE

Um dado que chamou atenção na pesquisa é a opinião do recifense em relação ao fator experiência de gestão. Quase metade dos entrevistados disseram que acham o prefeito inexperiente e 40% afirmaram ser experiente, enquanto 10% não responderam. Outro item preocupante para o prefeito está no discernimento da população quanto ao futuro do Recife. Dos entrevistados, 48% disseram que a cidade está parada, sem grandes obras e investimentos, enquanto 31% disseram que a cidade está andando para frente e outros 18% acham que está andando para trás.

Postado em www.opoder.com.br

O PODER
POLÍTICA & MERCADO
O JORNAL DE QUEM FORMA OPINIÃO
NO ZAP OU TELEGRAM
13h ESTADO
19h BRASIL
ASSINE GRÁTIS
www.jornalopoder.com.br

Antonio Magalhães

SEM MUITA CONVERSA

O presidente Jair Bolsonaro assinou hoje uma medida provisória que autoriza o Brasil a suspensão de concessões dadas a outros países da Organização Mundial do Comércio (OMC). A MP foi publicada no Diário Oficial desta quinta-feira (27). A medida autoriza que o governo brasileiro coloque em prática sanções comerciais a países-membro da OMC mesmo sem audiências de apelação no organismo internacional em casos de descumprimento de obrigações multilaterais identificadas pelo governo brasileiro.

R$ 303,4 BILHÕES DE GARANTIAS DE CRÉDITO

Ao longo de 2021, a União concedeu R$ 303,41 bilhões em garantias para operações de créditos a Estados, municípios, bancos federais, entidades controladas e estatais federais. Os dados constam do Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito, divulgado hoje pelo Tesouro Nacional.

BANCOS PÚBLICOS SÃO CREDORES

O valor representa um acréscimo de 2,5% em relação ao que foi pago em 2020, quando a União honrou R$ 296 bilhões em dívidas atrasadas. Foram R$ 112,92 bilhões em operações de crédito internas e R$ 190,48 bilhões em operações externas. O Tesouro informou que os bancos públicos federais são os maiores credores nas operações de crédito internas. Eles concentraram 98,1% do total de operações.

VETOS AO ORÇAMENTO POLÍTICO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou hoje que precisou fazer cortes no Orçamento de 2022 porque deputados e senadores “inflaram” as previsões de receitas previstas para este ano. Procurado, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco(PSD-MG) afirmou que o Congresso "desempenhou seu trabalho buscando atender às demandas do país ao conceber o Orçamento, que foi construído junto com o governo e ministérios." Bolsonaro sancionou, com vetos, o Orçamento de 2022. Ao todo, os vetos cortaram R$ 3,18 bilhões em despesas.

PROTEÇÃO DE DADOS BILINGUE

O Ministério da Justiça e da Segurança Pública lançou hoje as versões em inglês e espanhol do guia “Como proteger seus dados pessoais”. O guia traz uma linguagem simplificada com informações, dicas e orientações sobre as relações de consumo e conceitos básicos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A versão em português havia sido lançada em setembro do ano passado, mas o MJSP decidiu ampliar seu conteúdo à compreensão de cidadãos estrangeiros residentes no país.

Postado em www.opoder.com.br

TSE E ZAP NA CAÇA ÀS FAKE NEWS

Com o Estadão

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pretende aprimorar uma ferramenta criada em parceria com o aplicativo Whats App para denunciar a prática de fake News nas eleições presidenciais de 2022. A informação foi antecipada ao Estadão/Broadcast pelo head de Políticas Públicas da plataforma no Brasil, Dario Durigan.

E PUNE TELEGRAM ANTECIPADAMENTE

A ferramenta será uma versão melhorada de um serviço que funcionou nas eleições municipais de 2020 e será lançada no momento em que a Justiça Eleitoral avalia suspender o funcionamento de outro aplicativo de mensagens, o Telegram, por causa da falta de suposta colaboração no combate às informações falsas. O Telegram não tem representação no Brasil.

FORMULÁRIO PARA A DENÚNCIA

Agora, quem receber mensagens consideradas suspeitas poderá preencher um formulário hospedado no site da Justiça Eleitoral. Caso a mensagem seja considerada como disparo ilegal de campanha, o tribunal vai requisitar ao WhatsApp que exclua a conta. Nesse caso, os responsáveis podem ter a conta banida do aplicativo e, caso o TSE conclua que há relação direta com alguma campanha, a candidatura pode sofrer sanções que vão de multa até a cassação.

BOLA FORA

Disparos de mensagens em massa pelo WhatsApp motivaram denúncias contra a chapa de Jair Bolsonaro em 2018. O caso foi julgado pelo TSE em outubro de 2021, quando a maioria do tribunal absolveu o presidente eleito e seu vice, Hamilton Mourão, mas traçou diretrizes do que não será aceito em 2022.

MORAES NÃO PERDOA, CASSA

O ministro do STF Alexandre de Moraes, que irá presidir a Corte em 2022, afirmou que "se houver repetição do que foi feito em 2018, o registro (da candidatura) será cassado e as pessoas que assim fizerem irão para a cadeia por atentar contra as instituições e a democracia no Brasil."

99% USAM O ZAP

Segundo levantamento realizado pelo Mobile Time e pela Opinion Box em 2020, o WhatsApp está instalado em 99% dos smartphones do Brasil, mantendo o posto de aplicativo mais utilizado no País. Ao todo, a empresa diz ter 120 milhões de usuários mensalmente ativos no Brasil. De acordo com o estudo, 88% dos usuários confirmaram já ter recebido algum tipo de fake news pelo app. Uma em cada três pessoas confessaram já ter repassado informações adiante sem checar sua veracidade.

EM CIMA DO MURO

A empresa afirma que não faz controle de conteúdo, ou seja, não vai punir usuários por propagarem fake news, mas, sim, evitar o envio automatizado de mensagens, que, mesmo sendo proibido, foi usado nas últimas eleições.

SEM DISPARO EM MASSA

"Qualquer usuário pode denunciar ao TSE. Isso fortalece uma mensagem que eu tenho passado ao mundo político: não contrate disparo em massa, não faça marketing político no WhatsApp. Isso faz mal para a democracia e pode prejudicar as campanhas eleitorais, levando a prejuízo da chapa", afirmou o head de Políticas Públicas do WhatsApp no Brasil, Dario Durigan, em entrevista ao Estadão/Broadcast.

TWITTER VAI AGIR TAMBÉM

Neste mês, o Twitter anunciou que a plataforma no Brasil terá um recurso para denúncia de fake news, ainda em fase de testes. De acordo com a empresa, a eleição deste ano pesou para que o País fosse integrado ao experimento. A ferramenta foi questionada por especialistas e políticos que temem ser banidos do site e ficar sem propaganda na campanha.

Postado em www.opoder.com.br

PROPAGANDA PARTIDÁRIA

TSE DEFINIU DIVISÃO DO HORÁRIO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definiu o tempo da propaganda partidária gratuita em rádio e televisão para o primeiro semestre de 2022. Serão 305 minutos de veiculação divididos entre os 23 partidos que cumpriram os requisitos para utilizá-los em até 610 inserções durante o período.

VOLTA DA PROPAGANDA

A reforma eleitoral de 2017 havia acabado com a medida, mas, em 8 de dezembro de 2021, o Senado aprovou um projeto de lei autorizando a volta das propagandas partidárias – que não são relacionadas ao horário eleitoral.

TEMPO DE CADA UM

20 minutos e 40 inserções: DEM, MDB, PDT, PL, PP, PSB, PSD, PSDB, PSL, PT e Republicanos 10 minutos e 20 inserções: PCdoB, Podemos, Psol, PTB e Solidariedade 5 minutos e 10 inserções: Avante, Novo, Patriotas, PPS, Pros, PSC e PV

DESEMPENHO EM 2018

Para a distribuição do tempo, foram consideradas a cláusula de desempenho nas Eleições Gerais de 2018 e os critérios contidos no artigo 50-B da Lei das Eleições (Lei nº 9.096/1995).

Postado em www.opoder.com.br

EDUCAÇÃO

Hylda Cavalcanti

PARLAMENTARES QUEREM ADIAR REFORMA

Parlamentares que atuam no Congresso na área de Educação estão empenhados pela votação do Projeto de Lei (PL) 3079/21 protocolado no fim do ano passado. O texto, conforme informações da Agência Câmara, adia de 2022 para 2024 a implantação total das ações previstas na reforma do ensino médio, aprovada em 2017 e que atualizou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

MUDANÇA ESTRUTURAL

Para a autora da proposta, deputada Professora Rosa Neide (PT-MT) – que também foi endossada por outros 28 deputados – "é temerário dar prosseguimento a uma reforma que altera de modo estrutural a última etapa da educação básica no país". "Sobretudo, se considerarmos que em 2022 as escolas retornarão de um período bastante conturbado devido à pandemia", acrescentou.

NÃO ADOTADAS

A parlamentar destacou que o adiamento tem como objetivo alterar itens da reforma, para assegurar maior participação social nas regras de ensino e criar condições para que os Estados e o Distrito Federal, no pós pandemia, possam regulamentar as regras em situação de tranquilidade. "Temos dados do Conselho Nacional de Secretários de Educação que indicam que os novos currículos do ensino médio já foram homologados em 13 estados e no Distrito Federal, mas ninguém adotou as mudanças até agora. Em outros dez estados, as alterações seguem sob análise nos Conselhos Estaduais de Educação", contou a Professora Rosa Neide.

CONCLUSIVO

Segundo ela, o adiamento não prejudicaria o acesso ao apoio financeiro da União previsto na reforma, apenas resultaria em adaptações que deixariam as regras mais "racionais", em função do período de pandemia e pós-pandemia. O texto tramita em caráter conclusivo e precisa ser analisado apenas pelas comissões de Educação e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Casa para ser aprovado pela Câmara – sem passar pelo plenário. De lá, segue direto para o Senado Federal.

Postado em www.opoder.com.br

REFORMA DO ENSINO MÉDIO

MENDONÇA REAGE A PROPOSTA DO PT

Da equipe de O PODER

O ex-ministro da Educação, Mendonça Filho, reagiu indignado à proposta de adiar a implantação total da reforma do ensino médio para 2024, apresentada pela deputada federal Rosa Neide (PT/MT), e em tramitação na Câmara dos Deputados.

RETROCESSO NA EDUCAÇÃO

"Essa proposta é um retrocesso e total falta de compromisso com a educação e com o futuro dos nossos jovens", afirmou. Ministro que fez a reforma do ensino médio, em 2017, Mendonça Filho diz que adiar a implementação do Novo Ensino Médio vai comprometer ainda mais uma geração de jovens, enredada em um sistema de baixa qualidade, com os piores resultados de aprendizagem da educação básica e que, com a pandemia, acumulou mais déficit educacional.

INTERESSE DO ALUNO PELO CONTEÚDO

Segundo Mendonça, 2022 é o ano do novo ensino médio e a Educação brasileira terá a oportunidade de dar um grande passo na caminhada para diminuir a distância entre a escola e o aluno, tornando o ensino médio mais próximo dos desejos dos jovens. "Sai de cena um modelo sem conexão escola/aluno, com altas taxas de evasão escolar. Entra o novo ensino médio apontando para o futuro: divisão de conteúdo por áreas de conhecimento, itinerário formativo, formação técnica e projeto de vida", afirmou.

CINCO ANOS PARA ADAPTAÇÃO

Mendonça destaca que as redes de ensino tiveram o prazo de cinco anos para se adequar ao novo modelo de ensino. O ex-ministro reconhece que o processo de adaptação pelas redes de ensino enfrentou dificuldades de toda ordem, desde a pandemia, a mudanças no direcionamento no Ministério da Educação, disponibilidade de recursos e organização de redes. O que faz com que algumas redes estejam mais adiantadas e outras mais atrasadas.

MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

"A desigualdade na implementação é preocupante e exige uma grande mobilização da sociedade para garantir que o ensino chegue a todos os alunos de maneira igual. Ao invés de adiar, temos que juntar esforços para que todos os estados consigam implementar o Novo Ensino Médio, modelo de ensino que dialoga com o jovem, com suas expectativas de vida, suas vocações e as demandas profissionais do mercado de trabalho", defendeu.

CRONOGRAMA

Mendonça lembra, ainda, que o cronograma definido pelo MEC estabelece que o novo ensino médio começará a ser implementado de forma progressiva, começando este ano pelo 1º ano do ensino médio. Em 2023, a implementação segue, com os 1ª e 2ª anos e, em 2024, o ciclo de implementação termina, com os três anos do ensino médio.

Postado em www.opoder.com.br

REAJUSTE PARA PROFESSORES

33,24% NO PISO SALARIAL

O presidente Jair Bolsonaro (PL) anunciou hoje um reajuste de 33,24% no piso salarial dos professores da educação básica. Com o reajuste, o salário passará de R$ 2.886,24 para R$ 3.845,34. Segundo o presidente, mais de 1,7 milhão de professores de Estados e municípios, que lecionam para mais de 38 milhões de alunos nas escolas públicas.

MAIOR AUMENTO CONCEDIDO

"Esse é o maior aumento já concedido pelo Governo Federal desde o surgimento da Lei do Piso", escreveu o chefe do Executivo em suas redes sociais. A Constituição prevê que o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica seja atualizado, anualmente, no mês de janeiro. O aumento é calculado com base no valor anual mínimo por aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

JÁ ESTAVA SENDO COBRADO

Na segunda-feira, 24, parlamentares de frentes em defesa da Educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal emitiram uma nota pedindo ao Governo Federal o "cumprimento integral do piso nacional consagrado em nossa legislação desde 2008".

Postado em www.opoder.com.br

REAÇÃO AO NOVO PISO

REAJUSTE É UMA BOMBA NOS COFRES

A decisão do presidente Jair Bolsonaro de conceder um reajuste de 33,24% para os professores da educação básica em ano eleitoral provocou reação de prefeitos, que alertam para uma "bomba" nos cofres municipais e o acusam de agir pensando na disputa presidencial. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) calcula um impacto de R$ 35 bilhões para as prefeituras. Os prefeitos avaliam entrar na Justiça para reverter a situação.

SEM VERBA DA UNIÃO

"Não tem um centavo do Governo Federal para pagamento do piso do magistério no Brasil. O dinheiro não é da União. É muito bom fazer favor com chapéu alheio", afirmou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. "A disputa não é melhorar a educação no Brasil, a disputa é pagar salário atrás de voto."

Postado em www.opoder.com.br

VOLTA ÀS AULAS

NOVO NORMAL NAS ESCOLAS

Pelo menos 19 estados e o Distrito Federal irão voltar às aulas presencialmente e de forma obrigatória, em meio ao avanço da variante Ômicron do coronavírus, segundo levantamento da Agência CNN realizado nesta quinta-feira (27): Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Alagoas, Bahia, Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte, Tocantins, Minas Gerais e Acre.

EXCEÇÕES COM COMORBIDADES

Segundo as secretárias de Educação, haverá exceções apenas para alunos com comorbidades para a Covid, com exceção do Mato Grosso. Goiás já iniciou o retorno às escolas, seguindo o modelo, desde 19 de janeiro. Segundo o estado, os estudantes que estiverem com laudo médico atualizado ou apresentarem quadro febril devem continuar as atividades on-line.

Postado em www.opoder.com.br

DIVERSIDADE RELIGIOSA
COLUNA SEMANAL

O CNJ E A RELIGIÃO – 2/2

Carlos André Cavalcanti
Historiador da UFPB e pós-doutor em Ciências da Religião

Semana passada, começamos a debater a resolução 440 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nesta segunda e última parte, pretendo lançar luz sobre um aspecto do assunto. Saúdo o documento na medida em que ele aponta o caminho de respeitar, harmonizar e amar uns aos outros no campo religioso, conforme prerrogativas da ONU. Claro que se considera bom saber que este importante Conselho se preocupa com o tema das religiões. Entretanto, faço ponderações. A principal delas é crucial e indica, talvez, algum desconhecimento do debate deste assunto na área que academicamente o desenvolve há séculos: a de Ciências das Religiões e Teologia. A nossa área foi ouvida?

LIBERDADE É DIVERSIDADE?

O CNJ teria marcado um gol de placa se tivesse criado uma política nacional para a Diversidade Religiosa no meio jurídico. Ao priorizar a avó da Diversidade, o egrégio conselho manteve, na prática, o jogo como estava. Reafirmou documentos internacionais importantes e lembrou aos magistrados aquilo que eles já deveriam saber, mas não avançou no pensamento vindo do estudo das religiões em si. A importante, porém ultrapassada, noção de Liberdade Religiosa, está contida na noção de Diversidade Religiosa e foi por esta superada. Em pleno 2022, voltar para trás mais de 200 anos nas gerações dos Direitos Humanos e buscar "apenas" a Liberdade, pode ser, talvez, um ato conservador...

DE ONDE VEM TAL LIBERDADE?

A liberdade é um bem tão precioso que precisa ser sempre reafirmado e bem localizado. A Liberdade Religiosa foi uma conquista do século XVIII. Ela é um aporte indispensável para vivenciar a Laicidade do Estado. Entretanto, a Liberdade Religiosa já não dá conta do mundo contemporâneo. Foi boa para os tempos de Voltaire, mas não consegue compreender plenamente os tempos de Saramago. Além disso, a resolução do CNJ bem poderia ter centralizado sua argumentação na defesa da Laicidade do Estado como parte da missão dos magistrados. A Laicidade parece quase ausente do documento. Este é o ponto: Diversidade relig Religiosa dá conta de Liberdade e de Laicidade porque é um conceito atualizado. Sendo assim, infelizmente, a resolução pode ter apenas chovido no molhado.

A JUSTIÇA E A RELIGIÃO

Talvez, entretanto, a grande qualidade no documento seja, a esta altura, a de lembrar o óbvio nessa era conservadora e até reacionária que vivemos hoje. Não tem sido raro, ao receber notícias de decisões da Justiça, constatarmos que, ao se debruçar sobre algum assunto religioso, a autoridade perde-se no caminho. De forma consciente ou não, muitas decisões usam o senso comum e até ideias pseudo-científicas. Em um contexto assim, lembrar o dever a quem tem o dever de conhecer os temas sobre os quais tomará decisões, pode ser um grande avanço. Também pode ser um recado para alguns magistrados que se organizam em associações religiosas que se dizem profissionais como se a vocação magistrática fosse a de unir religião com magistratura, o que fere a nossa Constituição Cidadã de 1988.

PLENÁRIAS

Tendo em vista o duro papel alienante do Fundamentalismo Religioso na vida social, política e eleitoral do país, considero meu dever de cidadão, enquanto pesquisador dedicado às Ciências das Religiões e à Diversidade Religiosa, propor que a Justiça convoque plenárias científicas cidadãs em que possamos dialogar para estabelecer (re)conhecimentos mútuos. De tal forma, que ajudemos o país a avançar com tranquilidade, mantendo a Laicidade da República, uma das nossas principais conquistas históricas republicanas!

Postado em www.opoder.com.br

PARA COMPARTILHAR MATÉRIAS, ACESSE
www.jornalopoder.com.br - NOTÍCIAS

JORNAL
O PODER
POLÍTICA & MERCADO

A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO

WWW.JORNALOPODER.COM.BR

19H NO SEU CELULAR

ACESSE E ASSINE GRÁTIS

Fale conosco, sugestões e críticas:
contato@jornalopoder.com.br

Sugestões de pauta:
redacao@jornalopoder.com.br

Anuncie:
comercial@jornalopoder.com.br

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS